

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 049

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 18 DE MAIO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

NELSON JUSTUS

1º Vice-Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

2º Vice-Presidente - PMDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUÍZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>LPlauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>

Representação Partidária

PFL - 10: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kiese - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Túlio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Carlos Baratter - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gauchó - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moisés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 003ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
18 DE MAIO DE 1999**

(terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Edson Strapasson e Luiz Carlos Alborghetti.

Às dezesseis horas e cinquenta minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Túlio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cesar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Divanir Braz Palma, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Valente Isfer, Miltinho Puppino, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Pércles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Anibal Khury (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não havendo expediente a ser lido, nem oradores inscritos para o Pequeno e Grande Expedientes.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 049/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito no Município de Siqueira Campos. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 049/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar, no Município de Siqueira Campos, uma CIRETRAN, Circunscrição Regional de Serviços do Departamento de Trânsito - DETRAN.

Art. 2º - O Órgão, de que trata o *caput* deste artigo, substituirá o atual Posto de Serviços do DETRAN, instalado no citado município.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10.05.99.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
ANTONIO BARATTER - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 010/99, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, relativo ao exercício financeiro de 1998. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 42, de 12.05.99)**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 011/99, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas da dotação de subvenção social dos Senhores Deputados, referente ao exercício financeiro de 1998. (Resolução nº 55, de 03 de outubro de 1983). **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 42, de 12.05.99)**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 012/99, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas de créditos

para despesas dos Senhores Deputados, referente ao exercício financeiro de 1998. (Resolução nº 15, de 19 de junho de 1992). **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 42, de 12.05.99).**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 001/99, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 004/99, que objetiva definir as obrigações de pequeno valor, a que alude o § 3º do Artigo 100, da Magna Carta da Nação, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998. **PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EMENDA SUBSTITUTIVA DA C.C.J.. Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 001/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam definidas em até quarenta vezes o salário mínimo, as obrigações de pequeno valor a que alude o § 3º, do Artigo 100, da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998.

Art. 2º - Os pagamentos aos titulares de obrigações de pequeno valor deverão ser realizados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da apresentação de requerimento à Procuradoria Geral do Estado, ins- truído com certidão, expedida pelo Cartório ou Secretaria, que demonstre o trânsito em julgado do processo respectivo e a liquidez da obrigação.

Art. 3º - As obrigações já inscritas em precatórios e que se adequem ao disposto no Artigo 1º desta lei, serão pagas no prazo máximo de 01 (um) ano observada a atual ordem de inscrição.

Art. 4º - Com o pagamento a obrigação se considerará totalmente quitada, não podendo seu titular nada mais reclamar em relação ao evento ou direito objeto do processo.

Art. 5º - Para cumprimento do disposto na presente lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos orçamentários necessários, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.01.99.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 01/99

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 01/99, de autoria do Poder Executivo, objetiva definir as obrigações de pequeno valor, a que alude ao parágrafo terceiro do Artigo 100 da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998.

A matéria é constitucional, legal e redigida de acordo com a técnica legislativa vigente, portanto, não há óbice à sua tramitação.

Quanto ao valor fixado, quarenta salários mínimos, é pequeno, mas a Constituição Federal, em seu parágrafo terceiro, trata somente de precatórios de pequeno valor e a discussão sobre o que é pequeno valor foi resolvido pelo Poder Executivo adotando o parâmetro dos Juizados Especiais, que julgam ações de pequeno valor.

A Constituição Federal, em seu Artigo 7º, inciso IV, veda a vinculação do salário mínimo para qualquer fim, assim propomos seja o valor de R\$5.200,00 (cinco mil e duzentos reais) convertido em UFIR - Unidade Fiscal de Referência, para garantir a atualização do referido teto, passando a vigorar o texto do projeto com 5400 UFIR (cinco mil e quatrocentas Unidades Fiscais de Referência).

Quanto à majoração do patamar colocado pelo Poder Executivo, não consideramos prudente essa iniciativa. É certo que deve o Governo ter promovido avaliação do número de precatórios a ser pago e do valor que isso representaria em termos de programação financeira, no sentido de retirar os precatórios de pequeno valor da lista de espera para pagamento.

Segundo informações da Diretoria Geral da Secretaria de Estado da Fazenda, com o teto de R\$5.200,00 (cinco mil e duzentos reais), o Estado pagará os seguintes valores: precatórios relativos a 1996, 1997 e 1998 - R\$487.900,00 (quatrocentos e oitenta e sete mil, novecentos reais). No ano de 1999, até agora há R\$200.000,00 (duzentos mil reais) em precatórios inscritos e que se enquadram no critério para aferição de pequeno valor. Totalizando R\$687.900,00 (seiscentos e oitenta e sete mil e novecentos reais) a serem pagos para beneficiários de precatórios de pequeno valor, estando incluídos nesse montante precatórios alimentares e não alimentares.

Caso fosse alterado o valor para 12.750 UFIR, como pretendia o primeiro relator desta matéria, o Governo deveria desembolsar R\$2.237.600,00 (dois milhões, duzentos e trinta e sete mil e seiscentos

reais) para o pagamento dos precatórios nessa faixa, relativos aos anos de 1996, 1997, 1998 e 1999.

A alteração proposta não resolveria o problema dos beneficiários de precatórios de pequeno valor, porque retardaria a implementação do disposto na lei. Assim, entendemos ser melhor atender essa parcela proposta pelo Governo e posteriormente aguardar o atendimento de uma segunda etapa, do que ver a situação dos precatórios sem nenhuma alteração.

Apresentamos substitutivo ao Projeto de Lei nº 01/99, corrigindo duas imperfeições já apontadas no parecer do primeiro relator desta proposição, quais sejam: alteração da redação do Artigo 3º e supressão do Artigo 4º, porque inócua a disposição ali contida e convertemos o valor de quarenta salários mínimos em Unidade Fiscal de Referência - UFIR.

Em razão do exposto, somos de parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 01/99, com o substitutivo apenso.

Sala das Comissões, em 04.05.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO C. BELINATI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 01/99

SÚMULA:

Define o valor das obrigações a que alude o parágrafo 3º, do art. 100, da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998.

Art. 1º - Fica definido em 5.400 (cinco mil e quatrocentos) UFIR -Unidade Fiscal de Referência, as obrigações de pequeno valor a que alude o parágrafo 3º, do artigo 100, da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998.

Art. 2º - O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da apresentação de requerimento à Procuradoria Geral do Estado, instruído com certidão, expedida pelo Cartório ou Secretaria, demonstrando o trânsito em julgado do processo respectivo e a liquidez da obrigação.

Art. 3º - As obrigações já inscritas em precatórios e que satisfaçam o disposto no artigo 1º desta lei, serão pagas no prazo máximo de 1 (um) ano, observada a atual ordem de inscrição.

Art. 4º - Para cumprimento do disposto na presente lei, fica o Poder Executivo autorizado a

abrir os créditos orçamentários necessários, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04.05.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

Apoiamento:

Marcos Isfer

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 01/99

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 01/99, de autoria do Poder Executivo, visa definir as obrigações de pequeno valor, seguindo preceitos estabelecidos na Constituição Federal, no Parágrafo 3º, do artigo 100, observando Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, objetivando estabelecer prazo para o pagamento de tais obrigações.

Nosso parecer é favorável, no sentido de que tal proposta siga seus trâmites para melhor análise dos Senhores Parlamentares.

Opinamos, pois, pela aprovação do projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 05.04.99.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para quarta-feira, dia 19, logo após a Sessão Ordinária, com a Ordem do Dia a ser anunciada.

Levanta-se a sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de maio do ano de um mil, novecentos e noventa e nove, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes Deputados: Duílio Genari, Waldyr Pugliesi, Pastor Edson Praczyk, Carlos Simões,

Antonio Carlos Belinati, Moysés Leônidas, Algaci Tulio e o Deputado Irineu Colombo. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se a Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 54/99 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Algaci Tulio - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 107/99 de autoria do Deputado Irineu Colombo. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Algaci Tulio - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 130/99 de autoria do Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Algaci Tulio - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 169/99 de autoria do Deputado Carlos Simões. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Algaci Tulio, na forma da emenda anexa - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 202/99 de autoria do Deputado Moysés Leônidas. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 150/99 de autoria do Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Carlos Belinati, na forma da emenda anexa - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 165/99 de autoria do Deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Pastor Edson Praczyk, na forma da emenda anexa - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 219/99 de autoria do Deputado Hidekazu Takayama. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 225/99 de autoria da Deputada Serafina Carrilho. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 200/99 de autoria da Deputada Serafina Carrilho. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 128/99 de autoria do Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Irineu Colombo - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 208/99 de autoria do Deputado Pércles Mello. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Irineu Colombo - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 218/99 de auto-

ria do Deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Waldyr Pugliesi - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 217/99 de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 162/99 de autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária

Ato da Diretoria Geral:

PORTARIA Nº 28/99

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de LESLIE BELQUIS LASPERG DE PAULA, matrícula nº 40514, funcionária desta Assembléia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 13 de julho de 1994 e 13 de janeiro de 1999 antecipado em razão do 3º quinquênio, conforme lhe faculta a Lei nº 6.174/70.

(Prot. nº 3773/99)

Gabinete da Diretoria Geral, em 17.05.99.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral